

Projeto Pedagógico do Curso  
de Especialização em

# GESTÃO ESCOLAR

na modalidade a distância  
(Pós-Graduação Lato Sensu)

[www.ifrn.edu.br](http://www.ifrn.edu.br)

Projeto Pedagógico do Curso  
de Especialização em

# GESTÃO ESCOLAR

**a distância**

(Pós-Graduação Lato Sensu)

Área (CAPES): EDUCAÇÃO

Projeto aprovado pela Deliberação nº 5/2024-Consepex/IFRN, de 22/01/2025.

**José Arnóbio de Araújo Filho**  
REITOR

**Ana Catharina da Costa Dantas**  
PRÓ-REITORA DE ENSINO

**Samira Fernandes Delgado**  
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

**Avelino Aldo de Lima Neto**  
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

**Portaria N° 72/DG/ZL/RE/IFRN, de 03/05/2024**

prof. Dra. Claudia Pereira de Lima Parente

prof. Dra. Edneide da Conceição Bezerra

prof. Dra. Thalita Cunha Motta

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade

REVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Breno Trajano de Almeida

Tito Matias Ferreira Júnior

REVISÃO LINGUÍSTICO-TEXTUAL

Emiliana Souza Soares

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b>	<b>6</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA</b>	<b>6</b>
<b>3. OBJETIVOS</b>	<b>9</b>
<b>4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO</b>	<b>9</b>
<b>5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO</b>	<b>10</b>
<b>6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO</b>	<b>12</b>
6.1. ESTRUTURA CURRICULAR	12
6.2. ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	14
6.3. DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	15
6.4. INDICADORES METODOLÓGICOS	17
<b>7. INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	<b>19</b>
<b>8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</b>	<b>19</b>
<b>9. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS</b>	<b>21</b>
<b>10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO</b>	<b>21</b>
<b>10. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA</b>	<b>23</b>
10.1. BIBLIOTECA	25
<b>11. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b>	<b>26</b>
<b>12. CERTIFICADOS</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>28</b>
<b>APÊNDICE I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS</b>	<b>31</b>
● <b>APÊNDICE II – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR</b>	<b>44</b>

## APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade *a distância*, referente à área de Educação da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este Projeto Pedagógico de Curso-PPC se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de especialização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), tendo como marco orientador os objetivos, os princípios pedagógicos, filosóficos e legais e a compreensão de educação explicitados no Projeto-Político-Pedagógico Institucional.

Estão presentes, como marco orientador dessa proposta, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico-PPP, traduzidas nos objetivos, na função social desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social. Em consonância com a função social do IFRN, esse curso se compromete a promover formação continuada de profissionais comprometida com os valores fundantes da sociedade democrática, na compreensão da educação como uma prática social, com o domínio dos conhecimentos específicos, em diferentes contextos e a necessária articulação interdisciplinar.

Concebe-se a pós-graduação como um campo de produção e de socialização de conhecimentos, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica das atuações docente e discente. É um espaço fortalecido também pela responsabilidade social inerente ao processo de produção socioeconômico e de formação profissional. Sob a égide desse entendimento, o avanço científico e tecnológico, a socialização do conhecimento e o compromisso de promover o diálogo entre os diversos tipos de saberes são elementos que permeiam e integram as ofertas educativas do IFRN, incluindo a pós-graduação.

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da formação continuada em pós-graduação, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**NOME DO CURSO:** Especialização em Gestão Escolar (Pós-Graduação *Lato Sensu*). Atende à Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional-LDB, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (com suas alterações), bem como à Resolução CNE/CES nº. 1, de 06 de abril de 2018 (com suas alterações)<sup>1</sup>.

**ÁREA DE CONHECIMENTO:** Educação, código 70800006, e na subárea Administração Educacional, código 70802009, definida de acordo com a tabela da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

**FORMA DE OFERTA:** Modalidade a distância (EAD) - de acordo com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (com suas alterações); no § 2º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 (com suas alterações), ao definir que os cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância (EAD); e nas Portarias/MEC - nº 1050/2008 e nº 1369/2010 -, que credenciam o IFRN a ofertar cursos na modalidade da educação a distância<sup>2</sup>.

## 2. JUSTIFICATIVA

Tanto a reestruturação no setor produtivo, a partir dos anos de 1990, quanto o crescente desenvolvimento científico e tecnológico decorrente da economia global e informacional, imprimiram, mundialmente, uma série de mudanças de ordem política, socioeconômica e cultural, inclusive com reflexos na educação. Essa realidade provocou uma série de reformas no âmbito dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em decorrência, as políticas neoliberais acentuaram as desigualdades entre aqueles/as que têm acesso aos serviços de qualidade e aqueles/as que ficam às margens dos direitos. Por outro lado, a partir dos anos 2000, algumas iniciativas, se materializaram no sentido de ampliar e de interiorizar as instituições públicas, como os institutos federais, contribuíram para que o acesso à educação, à ciência e à tecnologia pudesse beneficiar uma parcela mais ampla da sociedade por meio da educação pública e gratuita.

---

<sup>1</sup> Esta Resolução estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996. Foi alterada pela Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018; e pela Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de julho de 2021.

<sup>2</sup> Com respaldo legal no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (com suas alterações), que estabelece, em seu artigo 2º, que a educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância - EAD, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados; no § 2º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 (com suas alterações), ao definir que os cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância (EAD); e nas Portarias/MEC - nº 1050/2008 e nº 1369/2010 -, que credenciam o IFRN a ofertar cursos na modalidade da educação a distância.

Por sua vez, a construção de uma postura crítica leva à necessidade de se superar a lógica exclusivamente produtivista, inserindo-se, no escopo das produções acadêmico-científicas e pedagógicas, as demandas que atendam à função social da instituição. Essa postura faz com que os processos e os produtos da sociedade global e informacional possam ser referenciados na sociedade e apropriados de modo sustentável. Atende-se, assim, às necessidades da sociedade na qual o IFRN atua, primando pelo respeito à diversidade e à inclusão social.

No âmbito do Estado de Rio Grande do Norte, a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, vem ao encontro das necessidades de gestores, com uma visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, na área de educação, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local. Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios. A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mundo do trabalho e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que, a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos

sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Num esforço de fortalecimento das capacidades estatais, algumas iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas, gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e municipal. Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional, quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

Portanto, este Curso de Especialização em Gestão Escolar encontra suas justificativas maiores na formação de gestore(a)s éticos/as, reflexivos/as e comprometidos/as com a realização da função social da educação pública e que privilegie o atendimento às políticas públicas do país, a superação das desigualdades e a justiça social.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, as IES oferecem o Curso de Especialização em Gestão Escolar, no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira. Nesse sentido, a implantação da Especialização em Gestão Escolar atende, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, às demandas geradas por esse contexto social e político, aos princípios da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Nacional da Educação e Plano de Desenvolvimento Educacional, assim como à função social e às finalidades do IFRN.

Nessa perspectiva, o IFRN propõe-se a oferecer o Curso de Especialização em Gestão Escolar na modalidade *a distância*, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade da educação básica, em especial a pública, formando o/a Especialista em Gestão Escolar, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

### 3. OBJETIVOS

O Curso de Especialização em Gestão Escolar tem como objetivo geral: capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação.
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

### 4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O Curso de *Especialização em Gestão Escolar* destina-se a portadores/as de diploma de graduação, tendo prioridade diretores escolares em exercício nas escolas públicas estaduais e municipais. Havendo vagas remanescentes, poderão ser contemplados também coordenadores pedagógicos em exercício nas mesmas escolas, além de técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação que atuem na área de formação para diretores escolares.

O acesso ao Curso será realizado por meio de processo seletivo, conveniado e/ou aberto ao público, podendo ser realizado através de programas de acesso, análise curricular, entrevista ou provas (exames). O processo de seleção será regido por edital próprio.

Além dos requisitos descritos, o acesso ao curso de *Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância* deverá contemplar as seguintes políticas afirmativas:

- a) No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas disponibilizadas são destinadas aos/às autodeclarados/as pretos/as, pardos/as ou indígenas de acordo com a Resolução nº 03/2017-CONSUP/IFRN.
- b) Considerando a Lei 13.146/2015, que trata sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e visando democratizar o acesso ao ensino superior por este público, em consonância

com o PDI do IFRN e com que está previsto na Resolução nº 5/2017-CONSUP/IFRN, será reservada, em cada processo seletivo para ingresso por curso e turno, 5% (cinco por cento) das vagas, de ampla concorrência, para Pessoas com Deficiência.

## 5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade *a distância*, está fundamentado, dentre outros também vigentes e aplicáveis, nos dispositivos legais que tratam dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, denominados cursos de especialização, a saber:

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº. 9.394/96** (com suas atualizações);
- **Resolução nº 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26 de março de 2012**, que institui o Projeto Político-Pedagógico-PPP do IFRN;
- **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, que permite a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;
- **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017** (com suas alterações), que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- **Parecer CNE/CES nº 146/2018**, de 6 de abril de 2018, que trata de reexame do Parecer CNE/CES nº 245/2016 e propõe novas Diretrizes Nacionais dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências;
- **Parecer CNE/CES nº 476 de 08 de agosto de 2018**, que propõe alteração do inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018;
- **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**, que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018; e
- **Resolução CNE/CES nº 4, de 16 de julho de 2021**, que altera o artigo 11 da

Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018.

- Portarias MEC nº 1.050/2008 e nº 1.369/2010, que credenciam o IFRN a ofertar cursos na modalidade da educação a distância;
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro 2019 (ficando revogadas portarias anteriores - MEC/nº 1.134/2016 e MEC/nº 1.428/2018), que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais, considerando a decisão institucional de aplicar o mesmo formato aos cursos lato sensu – especialização (permitida a previsão de até 40%, no máximo, da CH total do curso).

Considerando a necessidade de promover formação continuada de profissionais da área de delimitação deste Curso e que sejam sintonizados/as com as necessidades da sociedade e, em particular, da educação, tal profissional deverá ser capaz de:

- Dialogar sobre assuntos relacionados à gestão escolar, em particular na perspectiva da Educação Básica;
- Participar da realização de diagnósticos, estudos e análises sobre necessidades, demandas, problemas, oportunidades e recursos relacionados à oferta da Educação Básica;
- Contribuir para a construção de conhecimentos provenientes das práticas sociais desencadeadas por programas e iniciativas da Educação Básica;
- Contribuir com os setores que, por motivos diversos relacionados às diversidades culturais ou condição socioeconômica, encontram dificuldade de expressão e de legitimação de seus saberes e necessidades com respeito às atividades de gestão escolar;
- Promover a criatividade e os aprendizados destinados à inovação de produtos, processos e técnicas, ao desenvolvimento da consciência ambiental e à elevação da capacidade de intervir na realidade em que vivem;
- Participar das iniciativas de articulação da Educação Básica com as políticas setoriais públicas;
- Participar da mobilização social e política de comunidades para a definição de agendas e de planos de mudanças que favoreçam o desenvolvimento da Educação Básica;
- Alimentar fóruns de debates com informações técnicas e estudos sobre a Educação Básica com relevância para a implementação das políticas voltadas a esse nível educacional;
- Contribuir para o fortalecimento da gestão democrática de políticas, programas e projetos.

## 6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

### 6.1. ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade *a distância*, observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº. 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº. 01/2018 (com suas alterações), no Projeto Político-Pedagógico do IFRN e nos demais documentos legais pertinentes.

Dentre os princípios e as diretrizes que fundamentam o curso, destacam-se: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; inter e transdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade e intersubjetividade.

O curso está organizado em três módulos, com duração mínima de três semestres letivos compostos por treze (13) disciplinas, com uma carga horária total de 420 horas, sendo 360 horas destinadas as disciplinas [Carga horária mínima exigida por lei] e 60 horas a um Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico institucional.

Em momento prévio ao início do estudo do núcleo comum, a IES ofertante deverá apresentar ao/à estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão Escolar, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

O *Quadro 1* descreve a listagem das disciplinas que compõem o todo do curso e os programas/ementas encontram-se no *Apêndice I*.

**Quadro 1** – Matriz Curricular: Disciplinas do Curso de Especialização em Gestão Escolar

COMPONENTES CURRICULARES	NÚMERO DE CRÉDITOS	SOMATÓRIO DE CH <sup>3</sup>	
		h/a	hora
<b>MÓDULO I - NÚCLEO COMUM</b> 1º Semestre			
Introdução a EaD	2	40	30
Política e Sociedade	2	40	30
Políticas Públicas	2	40	30
Gestão Pública	2	40	30
Metodologia da Pesquisa	2	40	30
Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	2	40	30
<b>Subtotal da CH do Módulo I</b>		<b>240</b>	<b>180</b>
<b>MÓDULO II – NÚCLEO ESPECÍFICO</b> 2º Semestre			
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I	2	40	30
Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	4	60	45
Gestão de Pessoas na Escola	2	40	30
Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	4	60	45
Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	2	40	30
<b>Subtotal da CH do Módulo II</b>		<b>140</b>	<b>180</b>
<b>MÓDULO III – NÚCLEO ESPECÍFICO E</b> 2º Semestre			
Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	2	40	30
Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II	4	40	30
<b>Subtotal da CH do Módulo III</b>		<b>80</b>	<b>60</b>
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>		<b>460</b>	<b>420</b>

<sup>3</sup> A hora-aula considerada possui 45 minutos.

## 6.2. ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Orientação de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e as habilidades desenvolvidas (ou os conhecimentos adquiridos) pelos/as estudantes durante o período de formação. Desse modo, o TCC será desenvolvido nos dois últimos períodos a partir da verticalização dos conhecimentos construídos nos projetos realizados ao longo do curso ou do aprofundamento em pesquisas acadêmico-científicas.

O/a estudante terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente.

São consideradas produções acadêmicas de TCC para a Especialização em Gestão Escolar:

- monografia;
- artigo científico
- capítulo de livro publicado
- outra forma definida pelo Colegiado do Curso.

O TCC será acompanhado por um/a professor/a orientador/a e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades aprovado pelo/a professor/a orientador/a;
- reuniões periódicas do/a estudante com o/a professor/a orientador/a;
- elaboração da produção monográfica pelo/a estudante;
- entrega do trabalho para a Coordenação do Curso, deferido pelo/a orientador/a; e
- avaliação e defesa pública do trabalho pelo/a estudante perante uma banca examinadora.

A banca examinadora será composta pelo/a professor/a orientador/a e dois/duas profissionais pós-graduados/as com mestrado ou doutorado, podendo ser convidado/a para compor essa banca um/a profissional externo/a de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação).

Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem) e o/a estudante será aprovado/a com, no mínimo, 60 (sessenta) pontos.

Caso o/a estudante não alcance a nota mínima para a aprovação no TCC, deverá ser reorientado/a com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o

trabalho à aprovação dentro do prazo estabelecido pelo curso, conforme definido na Organização Didática do IFRN, isto é, até 6 (seis) meses a mais que a duração prevista.

### **6.3. DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS**

Este projeto pedagógico de curso é norteador do currículo no Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância. Caracteriza-se, portanto, como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Entretanto, as possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental associado à estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico, em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

O trabalho coletivo entre os grupos de professores/as da mesma base de conhecimento e entre os/as professores/as de base científica, base específica e base didático-pedagógica é imprescindível à construção de práticas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos/as estudantes numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, os/as professores/as poderão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os/as estudantes. Para essas atividades, os/as professores/as têm, à disposição, horários para encontros ou reuniões de grupo, destinados a um planejamento antecipado e acompanhamento sistemático.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos/as estudantes, os/as professores/as assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o/a estudante possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva de simplesmente aferir uma nota, para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos.

Considerando a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, busca-se estratégias de ensino problematizadoras da realidade, das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo. O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização devem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, para promover melhor compreensão da realidade da gestão escolar e inspirar novas práticas pedagógicas, mais dialógicas e efetivas.

Assim, dedica-se atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, através da seleção de materiais orientados à inclusão educacional, e/ou adequação curricular, caso necessário, como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as, independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Quanto a atuação docente e transposição didática, conforme concepção do curso, em cada disciplina, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática. Nesse sentido, busca-se contemplar a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da gestão pública escolar; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

E, a tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor. A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância oportunizando o rompimento da relação mais tradicional de tempo/espaço da escola. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo. Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do

material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais. Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem. Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IFES antes do início e ao longo do curso.

#### **6.4. INDICADORES METODOLÓGICOS**

Neste projeto pedagógico de curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados com o fim de atingir os objetivos propostos para a formação continuada assegurando uma formação integral dos/as estudantes. Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas dos/as estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, e seus conhecimentos prévios, orientando-os/as na (re)construção dos conhecimentos acadêmicos, bem como na especificidade dos conteúdos/saberes trabalhados ao longo do curso. Neste alcance, metodologicamente, faz-se necessário:

- problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- reconhecer a tendência ao erro e à ilusão;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- reconhecer a existência de identidades comuns dos seres humanos, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade de cada sujeito estudante;
- adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;

- adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos/as estudantes, sem perder de vista a (re)construção do saber acadêmico-científico;
- organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos/as jovens e adultos/as, favorecendo a construção e reconstrução de conhecimentos diante das situações reais de vida;
- diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos/as estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- elaborar materiais didáticos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- sistematizar trabalhos coletivos que possibilitem aos/às estudantes e professores/as refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa; e
- ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

A natureza e o formato do curso de especialização exigem metodologias interdisciplinares com estratégias participativas, laboratoriais e oficinas práticas, que permitam vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência interdisciplinar, que emergem e são ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

Indica-se a ampla utilização da bibliografia básica e complementar listadas nos planos das disciplinas, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Essa bibliografia, criada especialmente para o Programa Nacional de formação em Administração Pública – PNAP deve subsidiar a implementação do curso de Gestão Escolar, uma vez que foi concebida e desenvolvida por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as da área da Administração em parceria com a Universidade de Pernambuco e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O propósito dos materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos, a sistematização de conceitos e de ideias que

instrumentalizam releituras críticas da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas ao princípio democrático.

## **7. INDICADORES DE DESEMPENHO**

Os seguintes indicadores de desempenho deverão ser seguidos na oferta do curso:

- Produção científica: os/as estudantes deverão elaborar um trabalho de conclusão de curso e apresentá-lo a uma banca examinadora.
- Média mínima de desempenho de estudantes: 60%.
- Infraestrutura mínima, conforme o Projeto de Autorização e Funcionamento do Curso - PAFC.

## **8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho e à relação professor/a- estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos/as devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos/as estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual.

Para tanto, o/a estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdo e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do/a estudante ao longo do período letivo, na efetivação das atividades propostas, logo, deve dispor de variedade nas formas de elaboração e aplicação, a fim

de que corresponda com a diversidade de apreensões e compreensões que abrangem o/a aprendiz.

Nesse sentido, a avaliação deve ser desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, buscando a (re)construção do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e atitudes coerentes com a formação de cidadãos/ãs. Além disso, precisa contemplar a (re)orientação nos aspectos menos expressivos da aprendizagem demonstrada, lembrando que os/as estudantes, enquanto adultos/as, evidenciam um processo de apreensão dos saberes pautado na contextualização e na significância.

Assim, a avaliação deverá permitir ao/à docente identificar os elementos indispensáveis à análise tanto dos diferentes aspectos do desenvolvimento do/a estudante quanto do seu planejamento pedagógico a fim de que os resultados alcançados possam servir às observações e possíveis alterações necessárias em um ou em outro desses contextos.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- inclusão de atividades contextualizadas;
- manutenção de diálogo permanente com o/a estudante;
- consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- disponibilização de apoio pedagógico para aqueles/as que têm dificuldades;
- adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos/as estudantes nas atividades desenvolvidas; e
- observação das características dos/as estudantes, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão/ã, com vistas à (re) construção do saber escolar.

Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer do curso, são: estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de *papers*, dentre outros que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos.

A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplinas, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz

respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos acadêmicos, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo dos/as estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos/as estudantes são tratados pela Organização Didática do IFRN.

## **9. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS**

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o **aproveitamento de estudos** como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso superior de pós-graduação; e a **certificação de conhecimentos** como a possibilidade de certificação de saberes adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de disciplinas integrantes da matriz curricular do curso, por meio de uma avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características da disciplina. A recuperação dos estudos será feita dentro dos módulos através de atividades complementares, quando necessário, e provas finais, conforme previstas na Organização Didática do IFRN.

Os aspectos operacionais relativos ao aproveitamento de estudos, à certificação de conhecimentos e provas finais, adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso, são tratados pela Organização Didática do IFRN. Observação: O curso de Especialização em Gestão Escolar, a Distância, se constitui em oferta única por meio de edital, com apoio da CAPES. Isto significa que a oferta será realizada por meio de edital específico, razão por que não se permite trancamento de matrícula em disciplinas ou módulos. Poderá ocorrer o cancelamento de matrícula no curso, para que o aluno possa concorrer em outro edital.

## **10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser realizada anualmente, tendo por referência os resultados da Avaliação Institucional e da Avaliação das Condições de Ensino, assim como as constatações das visitas *in loco* a serem realizadas por componentes do Núcleo Central Estruturante (NCE), vinculado ao curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso em cada *campus*.

O NCE constitui-se em um órgão de assessoramento, vinculado à Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), sendo composto por comissão

permanente de especialistas, assessores/as aos processos de criação, implantação, consolidação e avaliação de cursos na área de sua competência. Nessa perspectiva, a atuação do supracitado Núcleo tem como objetivo geral garantir a unidade da ação pedagógica e do desenvolvimento do currículo no IFRN, com vistas a manter um padrão de qualidade do ensino, em acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso.

Por outro lado, o NDE constitui-se como órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado de Curso, constituído de um grupo de docentes que exercem liderança acadêmica, percebida no desenvolvimento do ensino, na produção de conhecimentos na área e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

A avaliação e eventuais correções de rumos necessárias ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso deverão ser definidas a partir dos critérios expostos a seguir:

- a) Justificativa do curso – deve observar a pertinência no âmbito de abrangência, destacando: a demanda da região, com elementos que sustentem a criação e manutenção do curso; o desenvolvimento econômico da região, que justifiquem a criação e manutenção do curso; a descrição da população da educação básica local; a oferta já existente de outras instituições de ensino da região; a política institucional de expansão que abrigue a oferta e/ou manutenção do curso; a vinculação com o PPP e o PDI do IFRN;
- b) Objetivos do curso – devem expressar a função social e os compromissos institucionais de formação humana e tecnológica, bem como as demandas da região e as necessidades emergentes no âmbito da formação docente para a educação básica;
- c) Perfil profissional do/a egresso/a – deve expressar as competências profissionais do/a egresso/a do curso;
- d) Número de vagas ofertadas – deve corresponder à dimensão (quantitativa) do corpo docente e às condições de infraestrutura no âmbito do curso;
- e) Estrutura curricular – deve apresentar flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática;
- f) Conteúdos curriculares – devem possibilitar o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos de competências do/a egresso/a e de cargas horárias;
- g) Práticas do curso – devem estar comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito crítico-científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos/ãs;
- h) Programas sistemáticos de atendimento ao/à discente – devem considerar os aspectos de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento;

i) Pesquisa e inovação tecnológica – deve contemplar a participação do/a discente e as condições para desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

## 10. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA

O Quadro 8 a seguir apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância. Os Quadros 9 a 11 apresentam a relação detalhada dos laboratórios específicos.

Quadro 8 – Quantificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso.

Qtde	Espaço Físico	Descrição
01	Sala de Aula	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual ou Projeções	Com 40 cadeiras, projetor multimídia, computador, televisor
03	Salas de videoconferência	Com 48 cadeiras, equipamento de videoconferência, computador e televisor.
03	Auditórios	Com 48 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.
1	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.
3	Laboratório de Informática	Com 30 máquinas, softwares e projetor multimídia.
1	Laboratório de Estudos de Informática	Com 30 computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por estudantes

O Curso utiliza a plataforma virtual de aprendizagem *Moodle* como principal meio de contato entre o aluno e a instituição. Serão elaboradas, por meio dessa plataforma, as ferramentas específicas de interação com os professores, tutores e alunos, tais como fóruns, *chats* e correio eletrônico.

O conteúdo das disciplinas deverá ser sistematizado em diferentes formatos, a seguir especificados bem como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Vídeoaulas;
- Vídeo e Webconferências;
- E-mail; e sistemas de comunicação baseado na internet, síncronos e assíncronos.
- Textos em formato eletrônico (.doc ou .pdf), em número não especificado por módulo;
- Teleaulas, sendo uma por módulo, disponibilizadas no AVA;

- Videoconferências, sendo uma por módulo, previamente agendadas com os alunos.
- Material bibliográfico básico complementar digital.

O IFRN goza de plenos direitos para ofertar cursos de especialização na modalidade a distância concedidos pela Portaria de autorização nº 871, de 07 de abril de 2006, do Ministério da Educação. Ademais, aliada à sua experiência em EaD, na produção de videoaulas para o curso à distância do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania - Proitec, dispõe dos recursos apresentados no quadro 8 e em sua infraestrutura física para realização de cursos na modalidade a distância também possui:

- provedor de Internet;
- Rednet;
- um estúdio de produção multimídia;
- videoteca;
- biblioteca;
- uma sala de treinamento;
- uma sala de reuniões e estudo;
- uma sala de produção de material multimídia;
- uma sala de coordenação.

As experiências de educação a distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local para estudos, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, os polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e deverão, portanto, funcionar como laboratórios pedagógicos com equipamentos que serão utilizados ao longo do processo ensino e aprendizagem. Em relação ao processo ensino-aprendizagem, nos polos, serão realizadas aulas presenciais ou via videoconferência, videoaulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem a infraestrutura dos polos deverá contar com computadores com acesso à conexão de Internet banda larga e webcam (acessório que permitirá ao educando não apenas a assistir às videoconferências, mas também a interagir com os orientadores à distância), além de telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria à distância.

Quadro 9 – Equipamentos para o Laboratório de Informática e Estudos de Informática.

<b>LABORATÓRIO: de Informática</b>		<b>Capacidade de atendimento (estudantes)</b>
		<b>30</b>
<b>Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)</b>		
31 bancadas com 31 cadeiras, incluindo a do professor		
<b>Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)</b>		
<b>Qtde.</b>	<b>Especificações</b>	
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)	
5	Estabilizadores de 5KVA	
1	Switch gerenciável	
1	Rack de parede fechado	

### 10.1. BIBLIOTECA

A Biblioteca é um ambiente de desenvolvimento de ações que contribuem para os processos de ensino-aprendizagem e uma unidade informacional com o objetivo de organizar e disseminar a informação junto à comunidade em apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Funciona com um sistema automatizado, facilitando a busca ao acervo que além de estar informatizado, está tombado junto ao patrimônio da instituição.

O acervo é organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, como exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso e de livre acesso para todos/as os/as usuários/as, respeitando-se as normas vigentes. Oferece serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas às bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Dessa forma, de modo a atender aos indicadores de padrões de qualidade e as recomendações do Ministério da Educação para autorização e/ou reconhecimento de cursos, nos programas de cada componente curricular que compõem o curso, estão previstos 3 (três) títulos na bibliografia básica e 5 (cinco) títulos na bibliografia complementar. Para os títulos da bibliografia básica estão disponíveis para consulta e empréstimo, um exemplar dos livros indicados para cada 5 (cinco) vagas autorizadas, além de mais um exemplar como reserva técnica. E, para os títulos da bibliografia complementar estão disponíveis para consulta e empréstimo 2 exemplares, além de mais um exemplar como reserva técnica.

A listagem com o acervo bibliográfico (básico e complementar) necessário ao desenvolvimento do curso é apresentada no Apêndice II.

## 11. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo docente deverá ser constituído preferencialmente por professores/as com titulação de mestre/a ou de doutor/a obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação. No entanto, caso necessário poderá seguir o que trata o Artigo 9º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018: “[...] no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.”

Os Quadros 10 e 11 descrevem, respectivamente, o pessoal docente e técnico-administrativo, necessários ao funcionamento do Curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente ao Quadro 1.

Quadro 10 – Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde
Professor/a com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Pedagogia	04
Professor/a com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Administração e/ou Gestão Pública	01
Professor/a com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Filosofia e/ou História	02

Além disso, considera-se a existência de um/a professor/a Coordenador/a de Curso, com pós-graduação *stricto sensu* em Educação e com graduação na área de Pedagogia, responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento do Curso. As atividades do Coordenador de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É ele o responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Quadro 11 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
<b>Apoio Técnico</b>	
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica ao/à coordenador/a de curso e professores/as, no que diz respeito às políticas educacionais da Instituição, e acompanhamento didático-pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	01

Profissional técnico de nível médio/intermediário na área de Informática para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios específicos do Curso.	01 (um por polo de apoio presencial)
Profissional de nível superior em qualquer área, com curso de formação em EaD, para assessorar e coordenar as atividades dos laboratórios de apoio ao Curso. – Coordenador 01 de polo	01 (um por polo de apoio presencial)
Profissional de nível superior com formação na área de cada disciplina para auxiliar o professor (um para cada grupo formador no atendimento aos alunos – Tutor à distância	01 (um para cada grupo de 50 alunos)
<b>Apoio Administrativo</b>	
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.	01
<b>Total de técnicos-administrativos necessários</b>	<b>04</b>

As atividades da Secretaria estão relacionadas ao atendimento à comunidade escolar; a realização de matrículas e à solicitação de diplomas, à organização de documentos da gestão escolar, ao auxílio à equipe do curso na gestão educacional e pedagógica.

O corpo docente deste curso na modalidade EaD conta com professores/as formadores/as e professores/as orientadores/as que atuam junto aos/aos tutores/as a distância e presenciais, apoiados/as por uma equipe multidisciplinar e de suporte tecnológico e logístico.

- O/A **professor/a formador/a** é o/a responsável pelo desenvolvimento da unidade temática junto com os/as tutores/as. No momento anterior ao desenvolvimento da unidade temática, é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem e, no fluxo da unidade temática, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os/as tutores/as para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para a unidade temática) e, se necessário, propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa da unidade temática e no PPC do curso.

- O/A **professor/a orientador/a** é responsável pelo acompanhamento da produção do trabalho de final de curso desde a elaboração do Projeto até a defesa do TCC.

Para os cursos *lato sensu*, conforme Art. 9º da Resolução n. 1, de 6 de abril de 2018:

O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

Os tutores e tutoras a distância e presenciais, as equipes multidisciplinar e de apoio tecnológico e de logística são também parte fundamental deste curso na modalidade a distância.

- O/a **tutor/a a distância** deve ter, no mínimo, nível superior, na área de oferta do curso, uma vez que é o responsável pela mediação pedagógica junto aos/às estudantes, para dirimir dúvidas conceituais e auxiliar o/a professor/a formador/a na correção de atividades avaliativas.
- O/a **tutor/a presencial** não necessita ser graduado na área do curso em que atua, uma vez que suas funções são de apoio técnico e motivacional aos estudantes.

## 12. CERTIFICADOS

Após a integralização das disciplinas que compõem o Curso de Especialização em Gestão Escolar e da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, será conferido ao/à egresso/a o Certificado de **Especialista em Gestão Escolar**.

O tempo máximo para integralização curricular deste Curso será **de até 06 meses a mais** que a duração prevista neste PPC, de acordo com as normas institucionais vigentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm)  
Acesso em: 08 outubro de 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 08 outubro de 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 15 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm). Acesso em: 12 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016**. Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 01 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%209.235-2017?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.235-2017?OpenDocument). Acesso em: 01 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017**. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3>. Acesso em: 02 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema

Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 01 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018>. Acesso em 01 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019**. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021**. Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2021>. Acesso em: 01 out. 2024.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento**. Brasília/DF: 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/TabelaAreasConhecimento\\_072012\\_atualizada\\_2017\\_v2.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf). Acesso 08 setembro 2024

Conselho Nacional de Educação-CNE. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. Brasília/DF. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso 12 abril 2021.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CES nº 476**, de 08 de agosto de 2018, que propõe alteração do inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Brasília/DF. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/95971-pces476-18/file>. Acesso 12 abril 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Resolução nº 38/2012-CONSUP/IFRN**, de 26 de março de 2012. Institui o Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Natal/RN: IFRN, 2012. Disponível em: <http://www.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 01 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Organização Didática do IFRN**. Natal/RN: IFRN, 2012. Disponível em <http://www.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 01 out. 2024.

MEC/Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº. 02/2007**. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Brasília/DF. 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf> . Acesso 08 setembro 2021.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa MEC nº. 1050/2008**. Credencia em caráter experimental, exclusivamente para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, aprovados no âmbito do "Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB", as instituições públicas de ensino superior listadas, na forma de APÊNDICE. Brasília/DF: 2008.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4628-port-2008-1050&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4628-port-2008-1050&Itemid=30192) Acesso 08 setembro 2024.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa MEC nº. 1369/2010**. Credencia o IFRN (Instituição e polos) a ofertar cursos na modalidade da educação a distância. Disponível em:

<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/LEGISLACAO-NORMAS-COGRAD/Portaria%20Normativa%20MEC%201369-2010%20-%20credenciamento%20EAD%20seguida%20de%20credenciamento%20anterior.pdf> . Acesso 08 setembro 2024.

## APÊNDICE I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Introdução à EAD</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito:	-		

### EMENTA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

### PROGRAMA

#### Objetivos

- Estabelecer um processo de reflexão e análise crítica dos fundamentos e metodologia da Educação a Distância, reconhecendo as possibilidades e limitações dessa modalidade.
- Familiarizar-se com o ambiente virtual de aprendizagem (A.V.A.), experimentando as ferramentas de ensino-aprendizagem, do ponto de vista comunicativo e pedagógico.

#### Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- A modalidade de EaD: comunicação, processos de tutoria e avaliação;
- O ambiente virtual de aprendizagem e suas múltiplas possibilidades comunicativo-pedagógicas.

#### Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### Recursos Didáticos

Material didático, vídeos, textos complementares.

#### Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### Bibliografia Básica

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS Editora, 2010

#### Bibliografia Complementar

Litto, Fredric M.; Formiga, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

Machado, Dinamara Pereira; Moraes, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Moran, José Manuel; Valente, José Armando. **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: SUMMUS, 2011.

Sales, Mary Valda Souza; Valente, Vânia Rita; Aragao, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

Siebra, Sandra de Albuquerque; Machiavelli, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

#### Software(s) de Apoio:

- Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Política e Sociedade</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito:	-		

### EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

### PROGRAMA

#### Objetivos

- Conhecer as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

#### Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Formas de governo e regimes políticos.
- Estado brasileiro: representação política, sistemas partidários e processo eleitoral.
- Presidencialismo de coalizão e relações entre os Poderes.
- Judicialização da Política.

#### Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### Recursos Didáticos

- Material didático, vídeos, textos complementares.

#### Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### Bibliografia Básica

Avelar, Lúcia; Cintra, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.  
Evans, Peter. Autonomia e parceria: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.  
Panosso, Carlos Eduardo. Política e sociedade. – Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.

#### Bibliografia Complementar

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. Dicionário de Política. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.  
Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.  
Moraes, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. Revista Trabalho Necessário, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023.  
Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>  
Acesso em: 21 out. 2024.  
REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.  
Silva, Rafael Oliveira da. A OAB no processo de transformação da sociedade brasileira: a seccional potiguar como espaço de redemocratização. [Dissertação de Mestrado em História]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2014.

#### Software(s) de Apoio:

- Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Políticas Públicas</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito:	-		

### EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

### PROGRAMA

#### Objetivos

- Aprofundar as reflexões que envolvam as políticas públicas brasileiras, os desafios e os avanços da relação entre participação e representação.

#### Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação.
- Modelos de decisão e os atores políticos: parlamentos, partidos, grupos sociais, instituições e mídia.
- Tendências e questões atuais de política pública

#### Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### Recursos Didáticos

- Material didático, vídeos, textos complementares.

#### Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### Bibliografia Básica

Faria, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

Santos, Maria Paula Gomes dos. Políticas públicas e sociedade. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC/CAPES/UAB, 2016.

Wu, Xu; Ramesh, M.; Howlett, Michael; Fritzen, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf> Acesso em: 24 out. 2024.

#### Bibliografia Complementar

Cury, Carlos Roberto; Tripodi, Zara Figueiredo. Políticas Educacionais. São Paulo: Contexto, 2023.

Heidemann, Francisco G.; Salm, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo (org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

Lubambo, Cátia W.; Coêlho, Denilson B.; Melo, Marcus André (org.). Desenho Institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

Souza, Celina Coordenação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018

#### Software(s) de Apoio:

- Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Gestão Pública</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

### EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

### PROGRAMA

#### Objetivos

- Analisar o campo da gestão pública, numa perspectiva interdisciplinar;
- Conhecer as teorias e modelos da Administração Pública;
- Compreender as características da nova gestão pública, estratégias de inovação e especificidades para uma reforma administrativa.

#### Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Gestão pública - conceitos e interdisciplinaridade.
- Teorias e modelos da Administração Pública.
- A nova gestão pública;
- Experiências de Inovação e reforma administrativa

#### Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### Recursos Didáticos

- Material didático, vídeos, textos complementares.

#### Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### Bibliografia Básica

Mendonça, Patrícia Ferreira de. Gestão pública. Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.  
Costin, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.  
Denhardt, Robert B.; Catlaw, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

#### Bibliografia Complementar

Jacobi, Pedro; Pinho, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.  
Paula, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.  
Pereira, Maria Simone Ferraz; Sordi, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil. Olhar de professor. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209209213380> Acesso em: 23 out. 2024.  
Peters, B. Guy; Pierre, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.  
Torres, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

#### Softwares de Apoio:

- Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Projeto Político Pedagógico na Gestão Escolar</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

### EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP): conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

### PROGRAMA

#### Objetivos

- Compreender as mudanças sociais e seu impacto na organização e gestão do trabalho escolar;
- Entender e a importância em considerar o tratamento das diferenças e o respeito aos direitos humanos na educação;
- Refletir sobre as diferentes concepções de gestão escolar e suas finalidades;
- Identificar alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais da escola;

#### Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- A escola como espaço de transformação social: direitos Humanos e diferenças
- Concepções de gestão e organização escolar: cultura democrática e participativa
- O projeto político pedagógico como trabalho pedagógico;
- Concepções de organização curricular.

#### Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### Recursos Didáticos

- Material didático, vídeos, textos complementares.

#### Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### Bibliografia Básica

Azevedo, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Escola de Gestores da Educação Básica. Brasília, 2007.

Santos, Ana Paulo Rufino dos. Especialização em gestão escolar: módulo específico: Projeto Político Pedagógico na gestão escolar. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.

Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2002.

#### Bibliografia Complementar

Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, MEC/Secad, 2004.

Breitenbach, Fabiane Vanessa. A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. Revista Espaço Acadêmico. n. 121. jun/2011.

Freire, Paulo. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.

Louro, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995

Souza, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Planejamento escolar: um guia da prática docente. In: Revista Educação Pública, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/planejamento-escolar-um-guia-da-pratica--docente>

#### Softwares de Apoio:

Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Metodologia da Pesquisa</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

#### **EMENTA**

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

#### **PROGRAMA**

##### **Objetivos**

- Conhecer conteúdos referentes à pesquisa científica e textos acadêmicos, tendo em vista a elaboração do trabalho de conclusão de curso/TCC.
- Desenvolver o projeto de TCC de acordo com as normas institucionais do curso, reguladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- Realizar todas as etapas solicitadas pelo professor orientador, de acordo com os processos e técnicas de elaboração de um TCC.

##### **Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)**

- Textos científico-acadêmicos: tipologia e especificidades;
- Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico
- Elaboração escrita de texto acadêmico
- Normatização e regras da ABNT para TCCs.

##### **Procedimentos Metodológicos**

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

##### **Recursos Didáticos**

- Material didático, vídeos, textos complementares.

##### **Avaliação**

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

##### **Bibliografia Básica**

Barros, Renata Chrystina Bianchi de. Metodologia de pesquisa. Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.  
Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.  
Richardson, Roberto Jarry *et al.* Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed.rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007  
Vergara, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Riode Janeiro: Editora Atlas, 2015

##### **Bibliografia Complementar**

Creswell, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo emisto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.  
Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo:Atlas, 2007.  
Rodrigues, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 19 dez. 2024.  
Severino, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.  
Yin, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre:Bookman, 2010.

##### **Software de Apoio:**

- Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

Reflexões teórico-práticas de questões sobre as temáticas do curso de especialização e situações reais, considerando os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Estrutura e roteiro do TCC e articulação com saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. Exercícios de problematização, de análise, de síntese e de proposição.

### **PROGRAMA**

#### **Objetivos**

Aprimorar os processos de revisão das atividades/textos desenvolvidas nas demais disciplinas que podem servir de subsídio para elaboração do TCC, em articulação com o percurso formativo e uma situação real e socialmente relevante gestão escolar.

Conhecer as orientações iniciais sobre o projeto de TCC.

Produzir os elementos básicos do Projeto de TCC.

#### **Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)**

Reflexões dos conteúdos das unidades temáticas e os processos de formação e a prática profissional.

Estrutura e roteiro do projeto de TCC.

Problematização de situações reais na gestão escolar.

#### **Procedimentos Metodológicos**

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### **Recursos Didáticos**

Material didático, vídeos, textos complementares.

#### **Avaliação**

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### **Bibliografia Básica**

Gatti, Bernardete A. A construção metodológica da pesquisa em educação: Desafios. In: RBPAE - v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012

Gil, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2019.

Thiollent, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2022.

#### **Bibliografia Complementar**

Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 1.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Oliveira, Giselle Abreu de; Palafox Gabriel Humberto Muñoz. Análise de limitações e possibilidades para as pesquisas sobre políticas educacionais, considerando as abordagens positivista, fenomenológica e materialista dialética. In: Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 419-441, jul./dez. 2014.

Sordi, Maria Regina Lemes; Ludke, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.2, p.313- 336, jul.2009.

Vianna, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.

#### **Software de Apoio:**

- Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

#### **EMENTA**

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais. Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidades sociais: experiências internacionais

#### **PROGRAMA**

##### **Objetivos**

- Compreender a legislação e normativas sobre os sistemas de avaliação da educação pública brasileira.

##### **Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)**

- Reforma do Estado e políticas educacionais.
- Legislação Educacional Brasileira Vigente
- Sistemas internacionais e nacionais de avaliação da Educação: dimensões e indicadores.
- Qualidade da Educação Pública.

##### **Procedimentos Metodológicos**

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

##### **Recursos Didáticos**

- Material didático, vídeos, textos complementares.

##### **Avaliação**

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

##### **Bibliografia Básica**

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 31 de out. 2024  
\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm) Acesso em: 31 de out. 2024  
Durvenoy, Doriele Andrade. Educação Pública no Brasil: legislação e sistemas de avaliação. Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.

##### **Bibliografia Complementar**

Azevedo, Janete M. Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol.56)  
Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 set. 1990.  
Cury, Carlos Roberto; Tripodi, Zara Figueiredo. Políticas Educacionais. São Paulo: Contexto, 2023.  
Dourado, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas. Editora Mercado de Letras: 2017.  
Fernandes, Domingos. Para uma compreensão das relações entre avaliação, ética e política pública. Revista de Educação PUC-Campinas, v. 23, n. 1, p. 19-36, 2018. Disponível em: <Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3932> >. Acesso em: 19 dez. 2024.

##### **Softwares de Apoio:**

- Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>45 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino</b>	Número de créditos	<b>03 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

#### **EMENTA**

Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.

#### **PROGRAMA**

##### **Objetivos**

- Compreender o planejamento e orçamento público: origem, receitas, despesas e suas classificações;
- Conhecer as funções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Aplicações do Planejamento de Ações Articuladas – PAR;
- Analisar a legislação do financiamento da Educação, Fundeb e novo FUNDEB;
- Conhecer os conceitos Básicos da Contabilidade aplicados ao Setor Público e Orçamento Público;
- Compreender o funcionamento de Unidade Executora, Instrumentos Gerenciais e Prestação de Contas

##### **Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)**

- Planejamento e orçamento público;
- Planejamento da Educação no Brasil: FNDE, PAR e SIMEC;
- Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- Fontes de Financiamento da Educação e o Fundeb;
- Gestão de recursos e prestação de constas.

##### **Procedimentos Metodológicos**

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

##### **Recursos Didáticos**

- Material didático, vídeos, textos complementares.

##### **Avaliação**

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

##### **Bibliografia Básica**

Araujo, Juliana Gonçalves de. Especialização em gestão escolar: módulo específico: Planejamento Financeiro e patrimonial em organizações de ensino. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.

Dourado, Luiz Fernandes; Araújo, Walisson Maurício Pinho de. Financiamento da educação, FUNDEB e direito à educação: educação pública de qualidade social e com gestão pública. Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. - v. 38, 2022 disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpa/article/download/126444/88068/553358> Acesso em: 31 out 2024

Giacomoni, James. Orçamento Público. 19º ed. Barueri (SP): Atlas, 2023.

##### **Bibliografia Complementar**

Fonseca, Marília; Ferreira, Eliza Bartolozzi; Scaff, Elisângela Alves da Silva. Planejamento e gestão educacional no Brasil: hegemonia governamental e construção da autonomia local. **Educ. Rev.**, Curitiba, v. 36, e69766, 2020. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/scielo.br> Acesso em 19 dez. 2024. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.69766>.

Libâneo, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

Mendonça, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.

Oliveira, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

Silva, César Augusto Tibúrcio. Contabilidade geral. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

##### **Softwares de Apoio:**

Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Gestão de Pessoas na Escola</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

### EMENTA

Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.

### PROGRAMA

#### Objetivos

- Entender a importância da liderança e da motivação para a gestão de pessoas;
- Compreender o papel da motivação e do engajamento dos funcionários nas escolas;
- Entender a relevância entre a diversidade e a inclusão no contexto da gestão de competências e desenvolvimento dos profissionais nas escolas;
- Compreender a importância de capacitar e desenvolver os profissionais nas escolas e o papel que o gestor assume nesse contexto;
- Compreender as dimensões da sustentabilidade e a importância de aplicá-las no âmbito educacional;
- Entender qual a importância de investir na saúde mental dos profissionais, sobretudo no âmbito escolar.

#### Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Abordagens e Modelos de gestão de pessoas.
- Liderança e Motivação: teorias e críticas
- Política e Gestão estratégica de pessoas na Administração Pública
- Gestão de Competências e Desenvolvimento de Pessoas
- Gestão de Pessoas no Contexto da Organização Moderna: tendências e estudo de caso aplicados.

#### Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### Recursos Didáticos

- Material didático, vídeos, textos complementares.

#### Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### Bibliografia Básica

Bergue, Sandro T. Gestão de Pessoas no Setor Público. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.  
Luck, Heloísa. Liderança em gestão escolar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).  
Silva, Bianca Gabriely Ferreira. Especialização em gestão escolar: módulo específico: gestão de pessoas na escola. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.

#### Bibliografia Complementar

Coelho, Mayara. B.; Fragoso, Eduardo. J. N.; Santiago, Alvany. M. S.; Pinheiro, Francisco. A. Gestão de Pessoas e Sustentabilidade: Aspectos Empíricos e Práticos. Revista de psicologia, v. 14, n. 51, p. 349-365, 2020.  
Gonçalves, Gecilvone. P.; Junior, Antônio. G. M. Implementação da Política de Desenvolvimento das Competências Socioemocionais: um estudo de caso na EEFM João Mattos. Inovação & Tecnologia Social, v. 3, n. 8, p. 28-41, 2021.  
Han, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. 2 ed. Petrópolis, Vozes Editora, 2017.  
Mudesto, Flavio; Gomes, Eduarda. de B. F.; Christo, Simone. S.; Carvalho, Virgínia. De P. B. Fatores estressores no ambiente educacional-um estudo em um CMEI. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. v. 28, 2020.  
Souza, Midhiã. P. Clima organizacional: a satisfação dos professores no ambiente escolar na rede pública de ensino. SECAL Ponta Grossa, 2019.

#### Softwares de Apoio:

- Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>45 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola</b>	Número de créditos	<b>03 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

### EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais versus princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

### PROGRAMA

#### Objetivos

- Analisar a importância da participação crítica dos gestores e comunidade escolar, em geral, dos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos escolares;
- Compreender os processos de monitoramento e avaliação de projetos;
- Conhecer técnicas e ferramentas digitais para formulação, monitoramento e avaliação de projetos;

#### Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- A participação do gestor na elaboração e avaliação de projetos escolares;
- Técnicas e ferramentas digitais para formulação, monitoramento e avaliação de projetos;
- Tipologias e estruturação de projetos.

#### Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### Recursos Didáticos

- Material didático, vídeos, textos complementares.

#### Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### Bibliografia Básica

Coelho, Juliana Maria Lima. Especialização em gestão escolar: módulo específico: Elaboração e avaliação de projetos na escola. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.

Contador, Claudio Roberto. Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Wolter, Samsao; Mathias, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015

#### Bibliografia Complementar

Hernández, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Moura, D. G.; Barbosa, E. F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. In: \_\_\_\_\_. Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Ribeiro, Waldelino Duarte. Montenegro, Luana Fernandes dos Santos. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. Revista de Gestão e projetos. V. 10, 2019.

Simoyama, Felipe de Oliveira e Batistti, Mário Cesar Guimarães. Adaptação e Implantação da Metodologia Scrum para Projetos Ágeis numa Autarquia Federal. IV SINGEP Simpósio Internacional de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. São Paulo, 2015.

#### Softwares de Apoio:

Plataforma Moodle e Editor de texto.

Curso:	<b>Especialização em Gestão Escolar</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Disciplina:	<b>Processos Administrativos e Prestação de contas na Educação</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>
Pré-Requisito(s):	-		

#### EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

#### PROGRAMA

##### Objetivos

- Entender as formas de Controle da Administração Pública;
- Entender o conceito de Processo Administrativo e suas modalidades;
- Compreender a legislação utilizada nos Processos Administrativos Disciplinares;
- Compreender o fluxo do Processo Administrativo Disciplinar – PAD;
- Conhecer as penalidades cabíveis decorrentes de um PAD;
- Entender os conceitos e a importância da Accountability e Governança para gestão pública;
- Conhecer a importância do planejamento para a prestação de contas;
- Definir e entender a importância da prestação de contas.

##### Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

- Processo administrativo: conceituação, direito público e privado, controle na administração pública;
- Processo Administrativo Disciplinar PAD: conceitos, fluxo, prazo, penalidades.
- Prestação de Contas na Educação: *Accountability* e governança.

##### Procedimentos Metodológicos

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

##### Recursos Didáticos

- Material didático, vídeos, textos complementares.

##### Avaliação

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

##### Bibliografia Básica

Lopes, Patrícia Rosa Souza da Silva. Especialização em gestão escolar: módulo específico: Processo Administrativo e Prestação de contas na Educação. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.  
Baltar Neto, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. Direito Administrativo. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.  
Teixeira, M. S. Anotações sobre Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: CGU, 2010.

##### Bibliografia Complementar

Alves, Elizeu Barroso. Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021.  
Brasil. Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017: dispõe sobre a Política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm) Acessado em: 31 de out. de 2024  
Brasil. Guia de Execução dos Recursos do PDDE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/GUIADEEXECUODOSRECURSOSDOPDDEv4FINAL.pdf> Acessado em: 31 de out. de 2024  
Brasil. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: CGU, 2023.  
Leal, Rogerio Gesta. Controle de Integridade e Administração Pública: Sinergias Necessária. Sequência (Florianópolis), n. 86, p. 148-169, dez. 2020 <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v41n86p148>

##### Softwares de Apoio:

Plataforma Moodle e Editor de texto.

Disciplina:	<b>Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II</b>	Carga-Horária:	<b>30 h (40h/a)</b>
Pré-Requisito(s):	<b>Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I</b>	Número de créditos	<b>02 créditos</b>

Produção acadêmica com as competências e as habilidades desenvolvidas (ou os conhecimentos adquiridos) pelos/as estudantes durante o período de formação, com o aprofundamento em pesquisas acadêmico-científicas com foco na temática de gestão escolar.

### **PROGRAMA**

#### **Objetivos**

- Refletir, com base nos conteúdos das aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma discussão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática profissional.
- Elaborar o TCC.

#### **Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)**

- Reflexões dos conteúdos das unidades temáticas e os processos de formação e a prática profissional.
- Estrutura e roteiro do projeto de TCC.
- Problematização de situações reais na gestão escolar.

#### **Procedimentos Metodológicos**

Realização de aulas síncronas e assíncronas no ambiente virtual, disponibilização de materiais digitais, incluindo textos e vídeos, e encaminhamento de atividades diversas online, incluindo chats, envio de atividades, jogos online, questionários, etc.

#### **Recursos Didáticos**

Material didático, vídeos, textos complementares.

#### **Avaliação**

O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua e somatória com avaliações realizadas na plataforma, distribuídas por trabalhos individuais e em grupo (exercícios, estudos dirigidos, pesquisas).

#### **Bibliografia Básica**

Gatti, Bernardete A. A construção metodológica da pesquisa em educação: Desafios. In: RBPAE - v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012

Gil, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2019.

Thiollent, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2022.

#### **Bibliografia Complementar**

Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 1.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Pinheiro, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Sordi, Maria Regina Lemes; Ludke, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.2, p.313- 336, jul.2009.

Vianna, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.

#### **Softwares de Apoio:**

Plataforma Moodle e Editor de texto.

● APÊNDICE II – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

DESCRIÇÃO (Autor, Título, Editora, Ano)	DISCIPLINA(S) CONTEMPLADA(S)	QTDE. DE EXEMPLARES
<b>Educação a Distância</b>		
Bibliografia básica:  Corrêa, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. Hack, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. Vidal, Eloísa Maia; Maia, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS Editora, 2010	Educação a Distância	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
Litto, Fredric M.; Formiga, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. Machado, Dinamara Pereira; Moraes, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015. Moran, José Manuel; Valente, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011. Sales, Mary Valda Souza; Valente, Vânia Rita; Aragão, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010. Siebra, Sandra de Albuquerque; Machiavelli, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.		05
<b>Política e Sociedade</b>		
Avelar, Lúcia; Cintra, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015. Evans, Peter. Autonomia e parceria: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Panosso, Carlos Eduardo. Política e sociedade. – Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.	Política e Sociedade	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. Dicionário de Política. 13. ed. Brasília: UNB, 2010. Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Moraes, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. Revista Trabalho Necessário, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. Disponível em: <a href="https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854">https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854</a> Acesso em: 21 out. 2024. Santos, Reginaldo Souza. Administração política como campo de conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010. Reis, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Silva, Rafael Oliveira da. A OAB no processo de transformação da sociedade brasileira: a seccional potiguar como espaço de redemocratização. [Dissertação de Mestrado em História]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2014.		05
<b>Políticas Públicas</b>		
Faria, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.	Políticas Públicas	05

<p>Santos, Maria Paula Gomes dos. Políticas públicas e sociedade. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC/CAPES/UAB, 2016.</p> <p>Wu, Xu; Ramesh, M.; Howlett, Michael; Fritzen, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <a href="https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf">https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf</a> Acesso em: 24 out. 2024.</p>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>Cury, Carlos Roberto; Tripodi, Zara Figueiredo. Políticas Educacionais. São Paulo: Contexto, 2023.</p> <p>Heidemann, Francisco G.; Salm, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.</p> <p>Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.</p> <p>Lubambo, Cátia W.; Coêlho, Denilson B.; Melo, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>Souza, Celina Coordenação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018</p>		05
<b>Gestão Pública</b>		
<p>Mendonça, Patrícia Ferreira de. Gestão pública. Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.</p> <p>Costin, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.</p> <p>Denhardt, Robert B.; Catlaw, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.</p>	Gestão Pública	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>Jacobi, Pedro; Pinho, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p> <p>Paula, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>Pereira, Maria Simone Ferraz; Sordi, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil. Olhar de professor. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em: <a href="https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209209213380">https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209209213380</a> Acesso em: 23 out. 2024.</p> <p>Peters, B. Guy; Pierre, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.</p> <p>Torres, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.</p>		05
<b>Metodologia da Pesquisa</b>		
<p>Barros, Renata Chrystina Bianchi de. Metodologia de pesquisa. Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.</p> <p>Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>Richardson, Roberto Jarry <i>et al.</i> Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed.rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007</p> <p>Vergara, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Riode Janeiro: Editora Atlas, 2015</p>	Metodologia da Pesquisa	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>Creswell, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo emisto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.</p> <p>Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São</p>		05

<p>Paulo:Atlas, 2007.</p> <p>Rodrigues, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <a href="https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062">https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3062</a>. Acesso em: 19 dez. 2024.</p> <p>Severino, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>Yin, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010</p>		
<b>Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação</b>		
<p>Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a> Acesso em: 31 de out. 2024</p> <p>_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm</a> Acesso em: 31 de out. 2024</p> <p>Durvenoy, Doriele Andrade. Educação Pública no Brasil: legislação e sistemas de avaliação. Brasília: PNAP; Recife: UPE / NEAD, 2021.</p>	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>Azevedo, Janete M. Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol.56)</p> <p>Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 27 set. 1990.</p> <p>Cury, Carlos Roberto; Tripodi, Zara Figueiredo. Políticas Educacionais. São Paulo: Contexto, 2023.</p> <p>Dourado, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas. Editora Mercado de Letras: 2017</p> <p>Fernandes, Domingos. Para uma compreensão das relações entre avaliação, ética e política pública. Revista de Educação PUC-Campinas, v. 23, n. 1, p. 19-36, 2018. Disponível em: <a href="https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3932">https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3932</a> &gt;. Acesso em: 19 dez. 2024</p>		05
<b>Gestão de Pessoas na Escola</b>		
<p>Bergue, Sandro T. Gestão de Pessoas no Setor Público. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.</p> <p>Luck, Heloísa. Liderança em gestão escolar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).</p> <p>Silva, Bianca Gabrieli Ferreira. Especialização em gestão escolar: módulo específico: gestão de pessoas na escola. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.</p>	Gestão de Pessoas na Escola	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>Han, Byung-Chul. Sociedade do Cansaço. 2 ed. Petrópolis, Vozes Editora, 2017.</p> <p>Coelho, Mayara. B.; Frago, Eduardo. J. N.; Santiago, Alvany. M. S.; Pinheiro, Francisco. A. Gestão de Pessoas e Sustentabilidade: Aspectos Empíricos e Práticos.. Revista de psicologia, v. 14, n. 51, p. 349-365, 2020.</p> <p>Gonçalves, Gecilvone. P.; Junior, Antônio. G. M. Implementação da Política de Desenvolvimento das Competências Socioemocionais: um estudo de caso na EEFM João Mattos. Inovação &amp; Tecnologia Social, v. 3, n. 8, p. 28-41, 2021.</p> <p>Mudesto, Flavio; Gomes, Eduarda. de B. F; Christo, Simone. S.; Carvalho, Virgínia. De P. B. Fatores estressores no ambiente educacional-um estudo em um CMEI. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. v. 28, 2020.</p> <p>Souza, Midhiã. P. Clima organizacional: a satisfação dos professores no ambiente escolar na rede pública de ensino. SECAL Ponta Grossa, 2019.</p>		

<b>Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino</b>		
<p>Araujo, Juliana Gonçalves de. Especialização em gestão escolar: módulo específico: Planejamento Financeiro e patrimonial em organizações de ensino. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.</p> <p>Dourado, Luiz Fernandes; Araújo, Walisson Maurício Pinho de. Financiamento da educação, FUNDEB e direito à educação: educação pública de qualidade social e com gestão pública. Rev. Bras. Polít. Adm. Educ. - v. 38, n. 01 e 126444 – 2022 Disponível em: <a href="https://seer.ufg.br/rbpae/article/download/126444/88068/553358">https://seer.ufg.br/rbpae/article/download/126444/88068/553358</a> Acesso em: 31 out 2024</p> <p>Giacomoni, James. Orçamento Público. 19º ed. Barueri (SP): Atlas, 2023.</p>	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>Fonseca, Marília; Ferreira, Eliza Bartolozzi; Scaff, Elisangela Alves da Silva. Planejamento e gestão educacional no Brasil: hegemonia governamental e construção da autonomia local. <b>Educ. Rev.</b>, Curitiba, v. 36, e69766, 2020. Disponível em &lt;<a href="http://educa.fcc.org.br/scielo.br">http://educa.fcc.org.br/scielo.br</a> Acesso em 19 dez. 2024. <a href="https://doi.org/10.1590/0104-4060.69766">https://doi.org/10.1590/0104-4060.69766</a>.</p> <p>Libâneo, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.</p> <p>Mendonça, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001.</p> <p>Oliveira, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012</p> <p>Silva, César Augusto Tibúrcio. Contabilidade geral. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.</p>		05
<b>Projeto Pedagógico na Gestão Escolar</b>		
<p>Azevedo, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Escola de Gestores da Educação Básica. Brasília, 2007.</p> <p>Santos, Ana Paulo Rufino dos. Especialização em gestão escolar: módulo específico: Projeto Político Pedagógico na gestão escolar. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.</p> <p>Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2002.</p>	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, MEC/Secad, 2004.</p> <p>Breitenbach, Fabiane Vanessa. A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. Revista Espaço Acadêmico. n. 121. jun/2011.</p> <p>Freire, Paulo. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976.</p> <p>Louro, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995</p> <p>Souza, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Planejamento escolar: um guia da prática docente. Revista Educação Pública, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <a href="https://educacao publica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/planejamento-escolar-um-guia-da-pratica--docente">https://educacao publica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/planejamento-escolar-um-guia-da-pratica--docente</a> Acesso em: 19 de dez. 2024</p>		05
<b>Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola</b>		
<p>Coelho, Juliana Maria Lima. Especialização em gestão escolar: módulo específico: Elaboração e avaliação de projetos na escola. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024.</p> <p>Contador, Claudio Roberto. Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p>	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	05

Woiler, Samsao; Mathias, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
Hernández, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2014. Moura, D. G.; Barbosa, E. F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. In: _____. Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Ribeiro, Waldelino Duarte. Montenegro, Luana Fernandes dos Santos. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. Revista de Gestão e projetos. V. 10, 2019. Simoyama, Felipe de Oliveira e Batistti, Mário Cesar Guimarães. Adaptação e Implantação da Metodologia Scrum para Projetos Ágeis numa Autarquia Federal. IV SINGEP Simpósio Internacional de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. São Paulo, 2015.		05
<b>Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação</b>		
Lopes, Patricia Rosa Souza da Silva. Especialização em gestão escolar: módulo específico: Processo Administrativo e Prestação de constas na Educação. Recife: Diretoria de Educação a Distância (DED) da Universidade de Pernambuco (UPE), 2024. Baltar Neto, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. Direito Administrativo. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015. Teixeira, M. S. Anotações sobre Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: CGU, 2010.	Projeto Administrativos e Prestação de Contas	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
Alves, Elizeu Barroso. Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. Brasil. Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017: dispõe sobre a Política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm</a> Acessado em: 31 de out. de 2024 Brasil. Guia de Execução dos Recursos do PDDE. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/GUIADEEXECUCIOSRECURSOSDOPDDEv4FINAL.pdf">https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/GUIADEEXECUCIOSRECURSOSDOPDDEv4FINAL.pdf</a> Acessado em: 31 de out. de 2024 Brasil. Manual de Processo Administrativo Disciplinar. Brasília: CGU, 2023. Leal, Rogerio Gesta. Controle de Integridade e Administração Pública: Sinergias Necessária. Seqüência (Florianópolis), n. 86, p. 148-169, dez. 2020 <a href="https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v41n86p148">https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v41n86p148</a> Acesso em: 19 de dez. 2024		05
<b>Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso</b>		
Gatti, Bernardete A. A construção metodológica da pesquisa em educação: Desafios. In: RBPAAE - v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012. Gil, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2019. Thiollent, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2022	Trabalho de Conclusão de Curso	05
<b>Bibliografia Complementar</b>		
Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 1.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. Pinheiro, Sílvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. <b>Cadernos de Educação</b> , n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822">https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822</a> . Acesso em: 20 jan. 2024. Sordi, Maria Regina Lemes; Ludke, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.14, n.2, p.313- 336, jul.2009.		05



# Documento Digitalizado Público

## PPC revisado

**Assunto:** PPC revisado  
**Assinado por:** Thalita Motta  
**Tipo do Documento:** ANEXO  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- Thalita Cunha Motta, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/12/2024 21:19:21.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 2013809

**Código de Autenticação:** db07eb68c1



# Documento Digitalizado Público

## PPC Gestao escolar

**Assunto:** PPC Gestao escolar

**Assinado por:** -

**Tipo do Documento:** Projeto Político Pedagógico de Curso

**Situação:** Finalizado

**Nível de Acesso:** Público

**Tipo do Conferência:** Cópia Simples